

PORTARIA Nº 41, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1991.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 112 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - Ficam alterados os preços constantes da Portaria nº 486, de 12 de outubro de 1989, os quais passam a ser os seguintes:

I - CARTAS DE SENTENÇA, CERTIDÕES E TRASLADOS:

a) pela primeira ou única folha Cr\$ 610,00

b) por folha excedente a uma Cr\$ 150,00

II - CÓPIAS REPROGRÁFICAS, AUTENTICADAS OU NÃO:

- por cópia Cr\$ 30,00

§ 1º Os valores constantes deste artigo serão atualizados trimestralmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), referente ao trimestre anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, desprezadas as frações de cruzeiro, realizando se a primeira atualização em janeiro 1992.

§ 2º O Diretor-Geral da Secretaria, mediante ato próprio, divulgará tabela de preços, observadas a periodicidade e o critério de atualização estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 2º - O pagamento das importâncias devidas pelo fornecimento de peças referidas no artigo anterior será efetuado antecipadamente pelo interessado, mediante depósito na Caixa Econômica Federal (Posto de Serviço STJ), através de guia própria expedida pela Unidade requisitada da Secretaria do Tribunal, vedada a seus servidores a execução desse encargo.

§ 1º Os valores fixados nesta Portaria poderão ser recebidos pela Divisão de Execução de Sentenças e Precatórios, após o horário normal de atendimento da Caixa Econômica Federal, ou em caso de paralisação de seus serviços.

§ 2º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, as importâncias recebidas a título de pagamento serão depositadas na Caixa Econômica Federal, no seu primeiro dia de funcionamento, posterior à data do recebimento.

Art. 3º - Incumbe à Unidade que expedir a guia de depósito anotar nos autos os valores depositados ou, quando for o caso, anexar a eles cópias dos respectivos comprovantes.

Art. 4º - Serão adotados pela Secretaria do Tribunal procedimentos administrativos e normas complementares para implementação das medidas previstas nesta Portaria.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 486/MP/89.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ